



**VISIBILIZANDO O FENÔMENO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO
CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS:
uma análise da *práxis* pedagógica fomentadora das expressões culturais**

D'OLIVEIRA, Marcele Camargo¹; ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares²;
SOUZA, Antonio Escandiel de³

Resumo: A língua de um povo, muito além de ser instrumento de comunicação, apresenta-se como verdadeiro elemento identitário, não podendo servir enquanto variável de preconceito, de discriminação, enfim, de exclusão social. Assim, a presente pesquisa visa dar visibilidade a alguns dos resultados obtidos através do Projeto intitulado “Diversidade, Linguagem e Ensino: um estudo da variação linguística nas escolas públicas de Cruz Alta/RS”, o qual conta com o financiamento do PROBIC/FAPERGS, estando vinculado ao Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) da UNICRUZ. Nesse sentido, o objetivo geral consistiu na realização de uma atividade de pesquisa envolvendo um trabalho crítico-reflexivo sobre a realidade linguística com suas variações na sala de aula das escolas públicas do município. Entende-se imprescindível que os ambientes escolarizados e os educadores desenvolvam métodos didático-pedagógicos que trabalhem no sentido de demonstrar a relevância das variações linguísticas, visto que estas resultam dos próprios fenômenos sociais e da diversidade cultural brasileira.

Palavras-Chave: Comunicação. Diversidade. Dominação. Preconceito. Socialização.

Abstract: The language of a people, far beyond being a communication tool, is presented as true identity element and can not serve as a variable of prejudice, discrimination, ultimately, social exclusion. Thus, this research aims to give visibility to some of the results achieved through the project entitled "Diversity, Language and Education: a study of linguistic variation in public schools in Cruz Alta/RS", which includes the financing of PROBIC/FAPERGS, being linked to the Group of Linguistic Studies (GEL) of UNICRUZ. Accordingly, the overall goal was to conduct a research activity involving a critical-reflective work on linguistic reality with its variations in the classroom of public schools in the city. It is understood that the essential schooling environments and educators develop didactic teaching methods that work to demonstrate the relevance of linguistic variations, since they result from own social phenomena and Brazilian cultural diversity.

Keywords: Communication. Diversity. Domination. Prejudice. Socialization.

¹ Acadêmica do 10º Período do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Bolsista do Projeto de Pesquisa que conta com o apoio do PROBIC/FAPERGS/UNICRUZ. Integrante do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) e do Grupo de Pesquisa em Estudos Humanos e Pedagógicos (GPEHP), ambos da UNICRUZ. E-mail: marcelecamargod@gmail.com

² Doutora em Literatura Comparada (UFRGS). Docente e Pesquisadora da Universidade de Cruz Alta. Colaboradora do Projeto. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

³ Doutor em Linguística Aplicada (UFRGS). Docente e Pesquisador da Universidade de Cruz Alta. Coordenador do Projeto e Líder do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) da UNICRUZ. E-mail: asouza@unicruz.edu.br



Introdução

A presente pesquisa visa dar visibilidade a alguns dos resultados obtidos através do Projeto intitulado “Diversidade, Linguagem e Ensino: um estudo da variação linguística nas escolas públicas de Cruz Alta/RS”, o qual conta com o financiamento do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), estando vinculado ao Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Nesse sentido, o objetivo geral consistiu na realização de uma atividade de pesquisa envolvendo um trabalho crítico-reflexivo sobre a realidade linguística com suas variações na sala de aula das escolas públicas do município.

Por sua vez, os objetivos específicos foram: Identificar os diferentes universos culturais dos alunos das escolas públicas locais; Refletir sobre a situação de grupos oriundos de universos culturais que não correspondem aos dominantes, no contexto escolar, bem como detectar práticas pedagógicas favorecedoras da expressão desses universos; Compreender a realidade linguística e suas variações nas aulas de Língua Portuguesa; Analisar o tratamento dado pelo professor ao conhecimento e ao uso da variedade padrão e sua relação com a variação linguística no contexto da sala de aula; Promover a discussão sobre a forma de abordagem do fenômeno da variação linguística.

Assim, para que o propósito primordial fosse atingido, a metodologia empregada decorreu da utilização do método dedutivo, manejado pelo caráter bibliográfico, haja vista que se pretendeu partir de premissas gerais as quais pudessem ser aplicadas, especificamente, nos casos concretos. Nesse ponto, configurou-se em estudo de cunho qualitativo, já que se abordou a questão do fenômeno das variações linguísticas no contexto escolar municipal. Logo, a língua de um povo, muito além de ser instrumento de comunicação, apresenta-se como verdadeiro elemento identitário, não podendo servir enquanto variável de preconceito, de discriminação, enfim, de exclusão social.

A Diversidade Cultural e o Fenômeno da Variação Linguística

É necessário considerar que, quando se pretende explicitar a respeito do fenômeno da variação linguística, a diversidade, a diferença e as inúmeras manifestações socioculturais daí decorrentes são partes integrantes de uma complexa



conjuntura que abrange a própria constituição e afirmação identitária dos sujeitos e dos grupos sociais em que estão inseridos. Assim, categorias como etnia/raça, gênero, geração e classe social, dentre outras, são relevantes instrumentos para que se possa verificar o quanto a linguagem é um campo interacional e comunicacional permeado tanto pelo preconceito e a discriminação quanto pela diversidade.

Neste enfoque, em um país como o Brasil, caracterizado por uma vasta extensão territorial e marcado por acentuadas diferenças socioeconômicas, não raro se depara com diversas variações linguísticas dentro de um mesmo corpo social, evidenciando, desse modo, a existência de um idioma português não uniformizado e, por isso, heterogêneo. De acordo com a Revista Língua (2014, p. 23), unidade linguística é mito, embora haja uma tendência em enxergar a língua – e cada variedade dela, as de prestígio e as estigmatizadas – como um todo homogêneo. Fazer isso depende de admitir a estabilidade e a coesão dos grupos que as adotam. Não há comunidade homogênea. O mito é de natureza autoritária: supõe que se vive em uma sociedade uniforme, dotada de poucos grupos étnicos, sem desequilíbrios hierárquicos e regionais de relevo, sem confrontos ou afetos. Mas a interação brasileira se realiza antes sob a sombra, nem sempre perceptível, das relações de hierarquia e desigualdade social.

A necessidade de forjar um imaginário de língua homogênea, sem hibridez, em uma nação, de tal forma que as próprias condições históricas que atestam os processos de hibridação da língua precisam ser rejeitadas, anuladas, em favor da hegemonia de um código que, forjando o ideal de unidade nacional, de identidade de um povo e transvestindo-se em uma “unidade linguística”, parece ainda carecer de discussões, uma vez que sendo tomada como patrimônio da nação, a língua nacional torna-se homogênea, para os fins políticos a que serve, sendo refratadas as condições concretas sob as quais ela funciona, como aduz Zandwais (2012, p. 180).

Qualquer manifestação linguística vem marcada pelo fenômeno da variação. Curiosamente persiste no Brasil a ideia de que a variedade padrão, a norma culta, escapa a essa heterogeneidade. No entanto, as pesquisas têm demonstrado que a norma portuguesa é heterogênea. Nessa direção, Castilho (2014, p. 24) refere que o “Projeto de Gramática do Português Culto Falado no Brasil” procedeu a uma descrição minuciosa da norma, com base nos materiais levantados pelo projeto anterior, identificando diferenças por toda parte. Elas não impedem a intercompreensão, mas existem.



O fato de nos Estados nacionais uma única língua ser elevada à categoria de língua nacional, e o fato de, na sociedade brasileira, a escola ter sido lugar por excelência de difusão dessa mesma língua nacional, sobretudo através da escrita, produziram, historicamente, uma relação imaginária naturalizada, quase termo-a-termo, entre língua nacional e a constituição do sujeito. “Sou brasileiro: falo português”. De tal modo isso se dá que a presença efetiva de diversas outras línguas que não o português, mesmo que fragmentadas (e das diversas memórias discursivo-culturais que as acompanham), não tem tido, via de regra, um estatuto considerável seja no ensino, seja nas práticas de linguagem, como reforça Payer (2005, p. 63).

Sob a ótica de Bagno (2013, p. 15-16), embora a língua falada pela grande maioria da população brasileira seja o português, este português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito –, mas, principalmente, por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil um dos países com a pior distribuição de renda do mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida.

Pode-se exemplificar esta situação no caso da língua portuguesa frente às línguas indígenas, ou seja, a imposição da língua do conquistador. Esta hierarquização significou, além de uma regulação das relações, a inserção de todos os portugueses em uma memória comum da hegemonia da língua portuguesa em relação ao latim. Dessa forma, como reforça Mariani (2008, p. 35), ao se impor a língua portuguesa, houve o silenciamento das línguas indígenas da memória de outros povos. Consequentemente, ocorreu um efeito homogeneizador resultante desse processo de colonização linguística que repercute ainda hoje no modo como se concebe a língua nacional no Brasil.

A partir deste entendimento é que se pode entender as áreas de pesquisa concernentes ao estudo da diversidade linguística. Isto porque a língua, como pioneira e indispensável na formação da sociedade, tem variações etnológicas oriundas de culturas diferentes, ou seja, o campo da Etnolinguística. Entretanto, as diferenças não se limitam ao visível, óbvio princípio do mundo poliglota. Dentro de um mesmo grupo social as particularidades da linguagem são notadas ou apresentam diferenças gritantes e até preconceituosas, constituindo fenômenos linguísticos e sociais, configurando o campo



de atuação da Sociolinguística. Logo, esta aborda a estrutura linguística e social, comparando-as e mostrando as variações sistemáticas para proporcionar o relacionamento causal, privilegiando a diversidade linguística.

Com foco no ponto da linguística, segundo Fiorin (2013, p. 11), sempre se pensou nesta como uma ciência social. No entanto, hoje há reflexões mais alentadas sobre a questão do contato com suas apropriações, heterogeneidades, misturas, que dependem das práticas sociais. A língua é um fazer regulado tanto pelo contexto social como por um sistema subjacente. Mas, apesar de práticas muito diversas, tem-se uma comunidade linguística. Há pontos de contato de conhecimento linguístico em sociedades mesmo muito desiguais. É ignorar a realidade dizer que não se tem comunidade linguística no Brasil, a qual é derivada de forte hierarquização social.

Analisando estas informações, menciona Callou (2008, p. 60) que a variação não é estanque e a relação entre as múltiplas variantes se situa em um *continuum*. Não se trata de um indivíduo de uma determinada classe social, por exemplo, utilizar apenas uma variante e uma outra classe uma outra variante, mas sim de todos os grupos utilizarem todas as variantes, porém com frequência diferenciada. Em suma, todo falante possui um repertório disponível de formas linguísticas concorrentes que variam em função da estratificação social, tanto no oral quanto no escrito.

Nesse viés, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 29) dispõem que “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa”. Conforme explica Possenti (1996, p. 35), as variações linguísticas são condicionadas por fatores internos, sociais ou por ambos ao mesmo tempo. É interessante notar que a normatividade brasileira direciona-se no caminho de valorizá-las e respeitá-las.

Resta aqui o alerta de Bizzocchi (2014, p. 37) quando aduz que as leis brasileiras não só protegem como estimulam o ensino e a prática de idiomas minoritários em suas respectivas localidades, mas a mídia e a pressão de uma civilização hegemônica cujo idioma é o português agem em sentido contrário. Qual será a resultante desse jogo de forças ainda é uma incógnita. No entanto, acredita-se que ao se desfragmentar o mito da unidade, pode-se possibilitar o fortalecimento, a valorização e o respeito da heterogeneidade linguística brasileira como uma das consequências da vivenciada diversidade cultural.



A Visibilidade da Face Obscura das Variações: o preconceito linguístico

Algumas pesquisas realizadas através do Projeto em questão possibilitaram dar maior visibilidade à face obscura das variações que é o preconceito linguístico. Esta é uma temática que muito ainda se pode debruçar, especialmente ao se levar em conta que o preconceito e a discriminação, em todas as suas nuances, são práticas bastante arraigadas, mas que estão sendo desconstruídas diuturna e paulatinamente. A linguística é atravessada pelo preconceito à medida que a diversidade acaba gerando atitudes discriminatórias em relação aos sujeitos que utilizam uma variação da língua que não está em consonância com as normas gramaticais consideradas padrão. A esta forma de discriminação social dá-se o nome de preconceito linguístico.

“O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa”, consoante assevera Bagno (2013, p. 09). Na conjuntura social atual, criou-se o mito de que existe uma única língua “correta”, que seria a norma linguística culta, trazida pelas gramáticas e ensinada na escola. Em contrapartida, aqueles que empregam o português não-padrão acabam sendo desprestigiados, ridicularizados e secundarizados, já que estas variações linguísticas são tidas, então, como “erradas” e “inferiores”.

Em tal compreensão, Bortoni-Ricardo (2004, p. 33) alude que essas crenças atinentes à superioridade de uma variedade de falar sobre as demais é um dos mitos que se enraizaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. Contudo, constata-se que alguns falares têm mais prestígio no Brasil como um todo do que outros. Na perspectiva de Bizzocchi (2013, p. 55), o preconceito linguístico encobre, na verdade, formas mais profundas de discriminação. O indivíduo cuja fala revela origem rural é identificado com traços como pobreza, ignorância, alienação, falta de polidez, de bom gosto, bom-senso, cidadania, e assim por diante. Em outros termos, sua pronúncia e sua gramática levam a traçar um raio X – verdadeiro ou equivocado, mas de todo modo preconcebido – dessas pessoas. E aí o preconceito linguístico se torna preconceito social, étnico/racial, religioso, geracional e de gênero.

No caso específico da língua, ainda como revela o citado autor (2013, p. 55), o preconceito tem duas vertentes: uma de índole grupal e chauvinista, resquício da herança tribal, e outra social, ligada à dinâmica da vida em uma sociedade estratificada.



De um lado, o falante reage positivamente a quem se expressa como ele (há imediata identidade: se ele fala como eu, é porque é igual a mim) e negativamente a quem fala de modo diferente. A lógica subjacente, ainda que inconsciente, é: pessoas de outras regiões, classes sociais, credos, gerações, etnias/raças, gêneros, modos de vida não podem me compreender, nem eu as compreendo, então eu as vejo com desconfiança. Há uma tendência a valorizar o que pertence às classes sociais mais elevadas. Resulta daí que tudo o que foge ao padrão, à norma, ao bom uso da língua deve ser, substancialmente, rechaçado.

Assim sendo, no contexto hodierno, vislumbra-se que as línguas mais valorizadas são provenientes das classes dominantes, oriundas das regiões mais ricas e desenvolvidas e utilizadas pelos sujeitos com maior nível de escolaridade. Enquanto isso, as formas linguísticas originadas das regiões economicamente periféricas e usadas por pessoas com baixa escolaridade tendem a ser vistas como incorretas, o que culmina no constante alijamento destes indivíduos, em virtude das implicações que têm origem no preconceito linguístico.

A Práxis Pedagógica Enquanto Campo de Fomento à Diversidade Linguística

Muito embora a exclusão social em razão do preconceito linguístico esteja presente em todos os campos socioculturais, é nas ambiências escolares que ela melhor se visualiza. Ao mesmo tempo, face a relevância das instituições de ensino no desenvolvimento e formação dos sujeitos, é na escola que essa forma de discriminação também deve ser combatida. No momento em que começa a frequentar a escola, a criança já possui uma variação linguística própria, que foi construída em função de sua origem geográfica, da condição social em que vive e da conjuntura familiar em que está integrada. Todavia, uma vez incluída no ambiente escolar, o educando passará a ter contato com a norma linguística considerada padrão que, em diversas ocasiões, poderá divergir da língua que ele dominava e utilizava até então.

Nesse aspecto, na escola, a criança aprende que a língua que empregava era “errada”, já que não atendia às normas gramaticais postas. Outrossim, a instituição escolar, em muitas situações, não leva em conta a realidade social das variações linguísticas utilizadas por diferentes grupos da sociedade, limitando-se tão somente a aplicar aos educandos às normas da língua padrão, ao renegar todas as demais



diversidades linguísticas existentes. Sob esta visão, Luft (1985, p. 76) compreende que, sendo habitualmente de classe média, o professor desconhece, ou aprendeu a rejeitar como “coisa de ignorantes”, as regras específicas das gramáticas inferiores. Vítima do preconceito de uma longa tradição, o professor contenta-se em cumprir seu dever professoral de “corrigir” os “erros” dos alunos, impondo-lhes as formas “corretas”.

Desta forma, quando apresentada em sala de aula pelo educando uma variedade linguística que não atende à norma padrão, este, além de sofrer preconceito linguístico ao ser repreendido e ridicularizado por seus “erros” gramaticais, passa, ainda, a duvidar da sua própria capacidade de aprendizagem, acreditando que não sabe falar o português. Entretanto, conforme defende Bortoni-Ricardo (2004, p. 37), erros de português são, simplesmente, diferenças entre variedades da língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relação permeada pelo afeto e informalidade, e culturas de letramento como a que é cultivada na escola.

Por outro lado, há muitos educadores que desconhecem como proceder, no campo escolar, com os alunos que fazem uso de alguma variação linguística não padrão. Como resultado, estes educadores tendem a ficar inseguros diante de qual atitude é a mais adequada para adotar, assim como se devem ou não corrigir ou repreender o educando. Nesse plano, Bortoni-Ricardo (2004, p. 38) argumenta que é, pedagogicamente incorreto, usar a incidência do erro do educando como oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos alunos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientização.

Refletindo sobre a diversidade da língua brasileira, deve-se perceber que, muitas vezes, a escola tenta impor ao falante uma variante da língua que é comum a todos os brasileiros, mas esquece que a padronização da língua serve mais diretamente à modalidade escrita, fundamentalmente aprendida na escola. A diversidade linguística imprime uma condição especial à modalidade falada, porque a língua carrega as variações condicionadas por inúmeros fatores que, por sinal, são essencialmente mais sociais e culturais do que propriamente linguísticos, tais como: a faixa etária, o gênero, a etnia/raça, a geração, a situação socioeconômica, o grau de escolarização, etc., de acordo com o enfatizado por Tarallo (1994, p. 11-12).



Considerando os dados, as pesquisas, os diálogos com os educandos e as entrevistas abertas realizadas com educadores, tudo isso oportunizado pelo Projeto de Pesquisa em questão, pode-se melhor compreender a complexidade e a amplitude do fenômeno da variação linguística em sala de aula. No entanto, as discussões e as práticas que estão sendo utilizadas no contexto escolar são, não raras vezes, mitigadas, perpetuando a lógica do ensino-aprendizagem formal e positivista.

Embora a escola possua a função de auxiliar os educandos no uso da estrutura e das funcionalidades linguísticas nas diversas circunstâncias de diálogo e de interação, constatou-se que nem sempre é possível atender estas necessidades linguísticas, pois os educadores não conseguem dar conta das inúmeras individualidades decorrentes da própria linguagem materna, recorrendo tão somente à gramática escolar. E muitos são os fatores que, analisados conjuntamente, servem para elucidar a realidade sociocultural existente nas ambiências municipais de Cruz Alta/RS.

Dos questionamentos aplicados tanto aos educandos quanto aos educadores, procurou-se identificar as práticas pedagógicas e as metodologias efetivamente empregadas quanto à diversidade linguística. Visualizou-se que, sob o ponto de vista dos educandos, há pouco interesse pelo debate a respeito das variações linguísticas. Os alunos não se sentem motivados a proceder ao referido estudo. Há, inclusive, um “não gostar” da Língua Portuguesa, pois são muitas regras para “decorar”, sendo que muitos não gostam da produção textual por ser difícil e não saber o que escrever. Entende-se que isto é uma das consequências e reflexos das aulas que são ministradas pelos professores, uma vez que não há o devido fomento à leitura e à produção textual.

Já a partir da ótica dos educadores, pode-se verificar que estes, muitas vezes, sentem-se despreparados e “sem tempo” para realizar discussões no que tange à diversidade linguística, embora todos rechacem o preconceito linguístico nas diferentes formas de expressão. Entendem que é difícil equilibrar a importância da língua de cada sujeito, sua realidade e seu contexto e a exigência dos conteúdos escolares a serem administrados, o que faz com que acabem priorizando a formalidade linguística. Por outro lado, percebeu-se que não existem critérios formais registrados pelos professores atinentes à avaliação dos avanços de seus educandos.

Sob este prisma, se faz necessário que a escola compreenda que todas as variações linguísticas devem ser consideradas, inclusive ao levar em conta que, contemporaneamente, muitos indivíduos ainda não têm acesso à variedade padrão.



Assim, é imprescindível que os ambientes escolarizados e os educadores desenvolvam métodos didático-pedagógicos que trabalhem no sentido de demonstrar a relevância da diversidade linguística, visto que essa resulta dos próprios fenômenos socioculturais.

É evidente que cabe aos educadores ensinarem aos alunos as normas gramaticais da língua portuguesa, todavia, é mister desmitificar a cultura que entende ser esta norma culta a única variação linguística certa. Deve-se, portanto, conscientizar os educandos de que todas as diversidades sociolinguísticas são válidas, mas que é essencial saber adequar a língua ao contexto e ao meio em que são empregadas.

Considerações Finais

É possível compreender que a escola é um ambiente voltado à reflexão, à discussão e ao ensino, sendo que o educador atua como mediador da aprendizagem na vida do educando, sabendo respeitar e interagir com as diferenças étnicas/raciais, geracionais, culturais, sociais, econômicas, políticas e de gênero. Mostra-se relevante engendrar um discurso condizente com a conjuntura social concatenado também ao fomento das variações linguísticas, já que a democracia e a liberdade de expressão devem ocorrer inclusive no espaço escolar.

Diante do exposto, vislumbra-se que a problemática ora posta em discussão envolvendo o preconceito linguístico ainda é pouco tematizada no ambiente sociocultural, em razão de sua complexidade. Por conseguinte, tendo em vista que toda e qualquer forma de discriminação deve ser repelida, é fundamental que os educadores desenvolvam práticas que visem evitar e, até mesmo, eliminar atitudes discriminatórias concernentes às variações linguísticas.

Conseqüentemente, entende-se que os resultados alcançados por este Projeto de Pesquisa foram satisfatórios para que se pudesse dar visibilidade a tal fenômeno, especialmente visando contribuir com a melhoria do desenvolvimento linguístico no contexto escolar municipal. De igual modo, buscou-se ampliar o conhecimento nessa área, promovendo uma reflexão acerca das problemáticas relacionadas ao uso da linguagem, a fim de que os educadores possam trabalhar de forma contextualizada com a realidade dos educandos e da escola, em um processo educativo coletivo de construção e troca do conhecimento.



Tais confrontações demonstram, inclusive, que a diversidade cultural deve ser fomentada e não mitigada ou preterida. Ademais, a linguagem é comunicação e identidade, o que se reflete na imprescindibilidade de se desfragmentar o preconceito decorrente das variações linguísticas em ambiências escolarizadas, promovendo um espaço diversificado cultural e linguisticamente.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. 55. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BIZZOCCHI, Aldo. Linguagem Demarcada: conhecer as raízes biológicas do preconceito de linguagem pode ajudar a sociedade a combatê-lo. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 96, ano 9, out. 2013. p. 54-55.

BIZZOCCHI, Aldo. O Mito da Padronização: as políticas linguísticas oscilam entre a pluralidade, que favorece a análise, e a uniformidade, cujo foco exclusivo é a função de comunicar. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 100, ano 9, fev. 2014. p. 36-37.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: 3º e 4º ciclos: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALLOU, Dinah. A Propósito de Norma, Correção e Preconceito Linguístico: do presente para o passado. **Cadernos de Letras da UFF**. Niterói, n. 36, 2008. p. 57-73.

CASTILHO, Ataliba T. de. Pessoas Cultas Usam a Norma Culta. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 100, ano 9, fev. 2014. p. 24.

FIORIN, José Luiz. Os Caminhos da Ciência da Língua. Entrevista realizada por Luiz Costa Pereira Junior. **Revista Língua**. São Paulo: Segmento, n. 96, out. 2013. p. 08-11.

LUFT, Celso Pedro. **Língua & Liberdade**: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985.

MARIANI, Bethani. Entre a Evidência e o Absurdo: sobre o preconceito linguístico. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário**. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, n. 36, 2008. p. 27-44.



PAYER, Maria Onice. Memória e Esquecimento da Língua Materna e a Relação com a Escrita. In: SCHONS, Carme Regina; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Questões de Escrita**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005. (Série Jornadas Literárias). p. 55-65.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) Ensinar Gramática na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

REVISTA LÍNGUA. **100 Mitos da Linguagem**. São Paulo: Segmento, n. 100, ano 9, fev. 2014. p. 21-55.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

ZANDWAIS, Ana. Subjetividade, Sentido e Linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). **História das Ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo: Editora da UPF, 2012. p. 175-191.